

**ATA N.º 23/2018  
DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA  
EM 30 DE OUTUBRO DE 2018**

-----Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente José Jorge Couto Vala, achando-se presentes os vereadores senhores, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Fernando Manuel Marques Amado, Telma Cristina Rodrigues da Cruz e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano.-----

-----A reunião foi secretariada por Rogério Paulo Fernandes Nunes.-----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

***Divisão Financeira, de Recursos Humanos e Gestão Administrativa***

**1. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2019-2022;**

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que, como havia dito na reunião anterior, o assunto “*Delegação de competências nas Juntas de Freguesia 2019*” só seria submetido à discussão na reunião, caso fosse possível ter um entendimento com total com as Juntas de Freguesia do concelho, mas tal ainda não foi possível até à data que se remeteu os assuntos para os vereadores a documentação e, por essa razão, propôs a retida do ponto da agenda de trabalhos e ser submetido à próxima reunião do executivo.-----

-----O Senhor Presidente iniciou a sua apresentação do ponto 1), começando por dizer, que o documento em análise foi feito numa perspetiva de ser o mais transparente possível e que possa ser perceptível de forma fácil par ao cidadão comum, mesmo que nada perceba de finanças, destacando o facto de ser colocado no documento a forma de cálculo da receita e outros aspetos bem patentes no relatório que serviu de suporte aos documentos (Orçamento e Grandes Opções do Plano).-----

-----Prosseguindo com a alusão às Grandes Opções do Plano dizer que o executivo definiu já o ano passado uma estratégia para o concelho, que passa muito pela potenciação do turismo sustentável, para o qual o Município tem uma candidatura aprovada a fundos comunitários no âmbito do “*portugal2020*”, e que já foi objeto duma reprogramação, que corresponde a um investimento na ordem dos 700.000,00 € e um financiamento comunitário a rondar os 550.000,00 €, projeto este que terá a sua grande execução física no próximo ano de 2019 e ainda alguns valores serão realizados em 2020. Considera que este é um grande projeto para o ano de 2019, sendo outro também de grande relevância financeira “*A central termoelétrica de Porto de Mós*”, que também conta com apoios comunitários e cujo concurso para a sua adjudicação está a decorrer nesta data, conforme deliberação tomada recentemente pela Câmara Municipal.-----

-----Prosseguiu para dizer que outro projeto que a que este executivo dá muita relevância é a ampliação do parque Empresarial de Porto de Mós e a sua transformação em ALE – Área de Localização Empresarial, que, afirmou, logo que todas as questões formais em relação a estudo de impacto ambiental plano de pormenores esteja resolvidos terão início os trabalhos das infraestruturas.-----

-----Prossegui para dizer que há mais alguns projetos que têm financiamento comunitário e que estão previstos no Plano Plurianual de Investimentos, alguns dos quais no âmbito de projetos comuns da CIMRL, como a requalificação da nascente do Rio Lena e a ecovia que liga Porto de Mós à Vieira de Leiria, este último que ainda não tem garantia de financiamento, mas que já ali foi alocada uma dotação para pagamento do levantamento topográfico necessário.-----

-----Referiu-se de seguida ao projeto inserido no objetivo 246 – “proteção do meio ambiente e Conservação da natureza”, designado por “SUDOE 2020”, informando que se trata dum projeto ibérico que tem possibilidades de vir a ser financiado por fundos comunitários que se consubstancia sobretudo na intervenção nas faixas de combustão combustível, em princípio naquelas que são faixas definidas como faixas secundárias da responsabilidade do Município, mas que também pode intervir em faixas primárias, que incluiu a inclusão das chamadas “cabras sapadoras”, projeto este com ligação à comunidade científica, tendo sido escolhido o Município de Porto de Mós para liderar esta candidatura, que inclui outros municípios do país e outras instituições nacionais e espanholas. Afirmando que os investimentos só serão implementados caso o candidatura venha a ser aprovada, daí o montante de 180.000,00 € como “*não definido*”.-----

-----No objetivo 220 – Saúde, referiu-se à novidade que se relaciona com o “*programa de saúde oral*”, que foi conseguido através de negociação com o ACES – Pinhal Litoral, de modo a instalar este serviço no centro de saúde de Porto de Mós.-----

-----No que se refere ao objetivo 243 – “saneamento”, destacou o lançamento para breve do procedimento concursal tendente à execução duma parte do saneamento nos lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boeira, sendo que esta fase abrangerá apenas este último lugar, esperando que a candidatura conjunta dos Municípios de Porto de Mós, Batalha, Leiria e Marinha Grande, com ligação à ETAR do Coimbrão, possa ter uma resposta até ao final do corrente ano e, se assim for este projeto terá um desenvolvimento mais célere.-----

-----Em relação ao objetivo 244 - “abastecimento de água”, destacou o abastecimento de Água a S. Bento ( conclusão), tendo decorrido o concurso público para uma parte da obra, estando as propostas a ser analisadas pelo júri, esperando que ainda este ano se iniciem as obras no local.-----

-----Por fim referiu-se às transferências de verbas para as juntas de Freguesia, que no futuro ano terá um incremento de cerca de 53.000,00 €, quando comparado com o atual exercício, o que lhe parece muito positivo.-----

-----Para concluir a sua explanação sobre os documentos em análise e resumindo, disse:

-----Que está patenteada nos documentos a estratégia definida pelo executivo, que lhe parece a ser mais correta para implementar, ou seja, dar continuidade aos projetos que existiam, melhorar a cobertura de saneamento do concelho, concluir e melhorar a cobertura de abastecimento de água ao concelho e ir ao encontro do grande projeto que estava parado com o anterior executivo a Central Termoelétrica, continuar a avançar o mais rápido possível com a Obra de Localização Empresarial e finalmente avançar de uma forma definitiva com o turismo que é um projeto que visa envolver todo o concelho de Porto de Mós num grande projeto que tem como objetivo principal afirmar o concelho de Porto de Mós para fora deste território.-----

-----De seguida disse que estava à disposição dos Senhores vereadores para as questões e esclarecimentos colocadas que entendam suscitar.-----

-----Interveio o **Vereador Rui Marto** para dizer que tem umas dúvidas sobre alguns valores patenteados no orçamento e que gostaria de ver explicadas:-----

-----1) Rúbrica da receita 0603019901 – Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. – 1.000.000,00 € o que é este um milhão de euros, parece-lhe um número muito “redondinho”, se há alguma justificação para tal valor.-----

-----A esta questão respondeu o Chefe da DFRHGA, Rogério Nunes, informando que se trata do valor previsível de receita do acordo de execução do pessoal não docente com o Ministério da Educação.-----

-----2) Afirma haver uma divergência de números no que concerne às transferências correntes para as freguesias.-----

-----Foi informado pelo Senhor Presidente que o valor total do orçamento é a soma de 3 rúbricas das Atividades Mais Relevantes.-----

-----Referiu-se depois que concorda com esta estratégia para o Turismo, não percebendo muito bem a estratégica delineada para o saneamento básico no concelho. -----

-----Interveio o **Vereador Eduardo Amaral** para falar sobre o projeto “SUDOE 2020”, que tem associado “cabras sapaduras” afirmando que é um projeto muito interessante para este concelho e é autossustentável. -----

-----Interveio de novo o **Vereador Rui Marto** para dizer que em relação à execução do projeto de saneamento não está de acordo, com os valores que estão previstos nos documentos, dado que o valor ali inserido (246.000,00 €), não dá para executar quase nada e o eixo Boeira / Cumeira é estruturante para esta valência, por outro lado não existe qualquer dotação nesta rubrica para a zona serrana do concelho, bem assim como a 3ª fase da rede de Mira de Aire. Tendo ainda dito que há um conjunto de obras de saneamento em ruas que servem no máximo 10 casas, como é o caso da Rua dos Colos e a Rua do Norte, quando com o mesmo investimento se poderiam servir mais de 100 pessoas. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente** para dizer que em Mira de Aire o saneamento avança se a Assembleia Municipal aprovar esse financiamento, considerando que a 3ª fase em Mira de Aire está em projeto e o projeto é três vezes mais que a atual fase, ascendendo a mais de três milhões de euros. No que se refere ao saneamento em ruas de Porto de Mós, diz que o que se pretende é o chamado “fecho de malha”, pois estes investimentos poderão vir a ser financiados por fundos comunitários no âmbito do “Overbooking”. -----

-----Volta a intervir o **Vereador Rui Marto**, para dizer que o projeto da Área de Localização Empresarial, considera o valor baixo para tal projeto e que o valor de 100 mil euros para 2019 para as infraestruturas também pressupõem a baixa execução e tal projeto estruturante par ao concelho. -----

-----Respondeu o **Senhor Presidente da Câmara**, para dizer que a obra da Área de Localização Empresarial é prioritária para este executivo, pelo que logo que seja possível avançar a mesma será realizada nem que se deixe outras coisas por fazer. -----

-----Interveio novamente o **Vereador Rui Marto** para dizer que à uma série de pequenas rubricas ou uma série de rubricas, com dotações insignificantes, pelo que pressupõe que hão-de ser reforçadas, para que tais projetos possam ser executados dizendo que vai ficar atento com a execução dos previsionais ao longo do ano. -----

-----O mesmo vereador disse que pretendia ainda colocar mais duas questões:-----

-----1) Em que consiste o “*Recuperação da Estrada Romana criação Centro Interpretação*”, se existe algo mais que aquilo que ali está construído. -----

-----2) Na pág. 32 há um quadro que tem as receitas de capital e que ainda tem aqui justificação de rubricas genéricas e há ainda 224.165,00 euros por receber do polo escolar de Porto de Mós, pelo que gostaria de saber a razão deste valor ainda não ter sido recebido pelo Município, considerando o tempo que já decorreu em relação à conclusão da obra. -----

-----3) Em que ponto se encontra o projeto “*Requalificação do edifício da antiga cadeia*” -----

-----Para responder ao vereador Rui Marto tomou a palavra do Senhor Presidente da Câmara Interveio o Sr. Presidente. Em relação ao “*Recuperação da Estrada Romana criação centro Interpretação*”, disse que a ideia até foi do Vereador Eduardo Amaral, e até já teve duas reuniões com a Dra. Celeste Amaro, Diretora Regional de Cultura do Centro, sobre esta questão e também veio ao local um técnico daquele organismo. Posteriormente em conversa com o Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra ficou definida a possibilidade de aproveitar aquele espaço ser aproveitado para Centro de Interpretação e a Estrada Romana que está ligada com a Batalha de Aljubarrota. -----

-----Em relação aos valores por receber de verbas do programa “*Portugal 2020*”, disse que o concurso para fornecimento de material informático foi mal elaborado pelo que a entidade gestora não considerou tal despesa, tendo assim o Município procedido a uma reprogramação ao projeto de modo a inserir despesa com a aquisição de terrenos, que inicialmente não estava previsto na candidatura. -----

-----No que se refere ao “edifício da antiga cadeia” o senhor Presidente disse que já havia um projeto de arquitetura para o local que prevê a criação duma escola de artes e uma área destinada a incubadora de empresas na vertente da inovação e empreendedorismo, de modo a dinamizar e rejuvenescer aquele local da vila de Porto de Mós, inserido no seu centro histórico. -

----- Volta a falar o **Vereador Rui Marto**, para questionar sobre o projeto “*posto móvel de saúde*”, tendo ainda afirmado que no que concerne aos subsídios para as associações ficou muito confuso, não percebendo o que é que o executivo quer para as Associações do concelho no próximo ano.-----

-----Tendo respondido o Senhor Presidente que o projeto “*posto móvel de saúde*” consta nos documentos previsionais, tem financiamento comunitário garantido e, portanto é para executar no próximo ano. -----

-----No que se refere aos subsídios às instituições do concelho, disse que até ao final do ano o Vereador do Desporto e Cultural trará um projeto de alteração ao regulamento do associativismo à reunião da Câmara para esclarecer a situação suscitada, por outro lado disse que ainda não há candidaturas ao associativismo para 2019, pelo que quando tal ocorrer os valores orçamentados não-de ser iguais aos valores a atribuir.-----

----- Volta a falar o Senhor Presidente para dizer que os documentos em análise são muito mais fácil de ler por quem cá está a tempo inteiro, tendo os 4 elementos do executivo trabalho o orçamento em função de determinados pressupostos e da estratégia dos números e este trabalho (relatório) sobretudo das Grandes Opções do Plano torna muito mais fácil a interpretação dos valores nele plasmados. -----

----- Volta a falar o **Vereador Rui Marto** para dizer ao Presidente que para ele as peças não encaixam e com o relatório este documento é muito mais fácil de perceber. Diz ainda não entender porque é que este documento tem que ir para as mãos da Presidente da Assembleia Municipal até ao final de outubro, quando pode ser discutido naquele órgão até ao final de dezembro, considerando que assim são sacrificados os vereadores e com mais possibilidade de em abril se avançar com uma retificação aos documentos, embora considere que o mesmo está mais simplificado e de mais fácil leitura. -----

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente, para dizer que a questão suscitada pelo Vereador Rui Marto é o que está patente na lei e, portanto a mesma é para cumprir com estes calendários. Por outro lado diz que futuramente os documentos tenderão ainda a ser mais simplificados e colocar o que é mais significativo para a análise política e também dos cidadãos, como já havia referido supra. Considera que os documentos em apreciação espelham o que está a ser feito e o que se pretende realizar, enfatizando o facto de não haver desequilíbrio financeiro, o equilíbrio corrente, com “superavit” de receita corrente para financiar despesa de capital, dando ainda cumprimento a outros pressupostos legais aqui bem patenteados. -----

-----Intervenção da **Vereadora Sofia Caetano** para dizer que vem acompanhada por uma declaração de voto relativamente a estes pontos da ordem de trabalhos, e passa a ler a referida Declaração de Voto.-----

-----Tendo falado o Sr. Presidente para dizer que vai fazer uma resposta à declaração de voto, que depois a fará chegar a Senhora Vereadora Sofia Caetano, para ser incluída na ata. -----

-----Interveio o **Vereador Fernando Amado**, para dizer que não quer pôr em causa a seriedade que este documento tem, embora considere que, para ele, é um documento de difícil

análise, ainda mais prejudicada face ao tempo disponível para o efeito. Considera também, tal como disse o Senhor Presidente, que é mais fácil de analisar e a perceção dos números por parte de quem o elabora e quem esta mesma mesa e o elaborou certamente. Afirma não por minimamente em causa a bondade e intenção do mesmo, que tem subjacente contribuir para o desenvolvimento do concelho de Porto de Mós. Considerando que a sua análise ainda ficou mais prejudicada pois não analisou o relatório que foi enviado, esperando, tal como já houve há muitos anos em diversos órgãos, que no futuro toda a documentação seja entregue com a antecedência para que a análise seja também de outra forma e poder rebater alguns argumentos, pois afirma estar no poder ou na oposição não é igual e os argumentos terão que ser diferenciados, também para que todos se sintam confortáveis nas decisões assumidas, pois são decisões importantes e é o futuro do concelho que está em causa e futuramente tentarmos todos remar para o mesmo lado.

-----O Senhor Presidente assume, perante o vereador Fernando Amado, que isto vai além do cumprimento da lei que são as 48 horas, ou seja, dois úteis, o documento é elegível e nós cumprimos. O relatório que é um anexo que é prática ser enviado, embora não sendo um documento obrigatório, e de facto esse não foi possível entregar com a antecedência pretendida, dado que teve que ser trabalhado técnica e politicamente e que este trabalho demorou mais que o previsto, dado que é elaborado apenas por um leque muito reduzido de pessoas do Município.---

-----Intervenção da **Senhora Vereadora Sofia Caetano**:-----  
-----A senhora Vereadora apresentou a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra:-----

-----“**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----Vereadora, Sofia Caetano, eleita pelo Movimento AJSIM-----  
-----Recebi o Orçamento e o Plano de Atividades da Câmara para o exercício de 2019, com cerca de 3 dias de antecedência relativamente à data da presente Reunião, sendo que se tratou de um fim-de-semana. -----

-----Os documentos enviados fora de prazo, e às “pinguinhas”, para as Reuniões é recorrente e, neste caso, é ainda mais grave, porque inviabilizou uma análise séria e detalhada de um tema tão importante como este. -----

-----O meu voto será a abstenção em qualquer um destes documentos principais, com base, nomeadamente, nas seguintes justificações:-----

-----1. A documentação é abundante, muito técnica e, por isso, exige tempo para verificações. Ficou assim inviabilizada uma análise séria e detalhada sobre os valores que compõe os documentos em discussão e aprovação.-----

-----2. O montante do orçamento encontra-se bastante empolado, ao ponto de prever uma receita (absolutamente virtual) de 1.000.000,00€, certamente para poder incluir verbas híper calculadas na despesa, como é o caso, por exemplo, de um 1.850.000,00€ para a Central. Na situação em que se encontra o projeto e ações processuais seguintes, jamais será ali investido este montante em 2019. -----

-----3. Quanto às grandes opções do Plano, estão bem longe de indiciar uma estratégia séria e sustentada de desenvolvimento para o concelho. Como está bem demonstrado, a prioridade deste Executivo continuará a ser eventos e festas em detrimento de investimentos mais úteis aos Municípios. A título de exemplo, salientamos que está previsto gastar em “lazer, desporto, turismo e criatividade”, apenas em duas rubricas específicas do Plano, qualquer coisa como 1.436.500,00€, sem falar nos enormes gastos sempre associados a estes ditos investimentos e que são contabilizados em rubricas genéricas.-----

-----4. Se se gasta demais naquilo que em nosso entender não é prioritário, fica prejudicado a aposta nas rubricas que deveriam ser mais contempladas, como rede de águas, saneamento, ação social e desenvolvimento económico.-----

----- 30 de Outubro de 2019. -----

-----A Vereadora Sofia Caetano.” -----

-----“Declaração de Voto - previsionais 2019.-----

-----Resposta do Presidente da Câmara à declaração de voto apresentada pela Vereadora Sofia Caetano;-----

-----“Em resposta à declaração de voto apresentada pela Senhora Vereadora Sofia Caetano, no que se refere ao envio de documentação o que diz o regimento da C.M. para o mandato é de dois dias úteis sobre a data do início da reunião (vide nº 3 do artigo 5º do referido regimento). O documento foi entregue na quinta-feira à tarde (orçamento e GOP’s) e o outro ponto Mapa de pessoal para 2019 no Sábado de manhã ou seja passaram 40 horas úteis, ou seja, mais de 1 dia e meio sobre a reunião (efetivamente não cumprimos, mas consideramos que este documento é de fácil análise); No que se refere ao relatório anexo aos documentos previsionais foi remetido no Sábado cerca das 18 horas, no entanto trata-se de documento que não é obrigatório, mas que consideramos importante que seja analisado em conjunto com o Orçamento e GOP's.-----

-----Relativamente ao empolamento do orçamento de 1.000.000,00 €, penso dizer respeito à rubrica 130199 – outras receitas de capital, que foi assumido nos documentos (relatório) que se tratava dum valor que seria posteriormente abatido, por compensação do potencial saldo de gerência de 2018, tal como tem vindo a acontecer em orçamentos transatos (em 2018 foram 460.000,00 €) e noutros anos, valores ainda maiores (em 2016 1.150.000€ e em 2017 1.581.458€)-----

-----Em relação à despesa prevista para execução da obra da “Central termoelétrica de Porto de Mós”, trata-se do valor exato que decorre do cronograma financeiro para desenvolvimento da empreitada, portanto não seria possível prever outro valor que não aquele.-----

-----No que se refere às rubricas: 252 - Desporto, recreio e lazer o total das GOP’s ascende a 315.500,00 € e a 342 – Turismo ascende a 1.121.000,00 €, somando os dois dá efetivamente os 1.436.500,00 €. A Senhora Vereadora ainda acrescentou a rubrica “criatividade” que não está contemplada no documento.-----

-----É de referir que a rubrica 252 (Desporto, Recreio e Lazer) é essencialmente para investimento, incluindo-se aqui o apoio às Coletividades do Concelho e a rubrica 253 (Turismo) que tem incluída uma grande fatia do investimento municipal na sua maioria com apoios comunitários aprovados e alguns deles com mapeamento efetuado pelo anterior executivo, mas trata-se efetivamente de rubrica de investimento e não de despesa corrente;-----

-----Estranho que não se faça referência nesta declaração de voto à rubrica 251 (Cultura), onde efetivamente estão contemplados alguns gastos correntes, nomeadamente com eventos culturais, mas onde está concentrada o grande investimento do Município para 2019, a Obra da Central Termoelétrica, que nos foi deixada pelo anterior executivo, com os problemas conhecidos e de prioridade discutível. Mas nós, em função da responsabilidade que temos na gestão do dinheiro público vamos concluir esta obra pese embora não estivesse nos nossos planos

*um investimento desta dimensão quando na nossa perspetiva e em comparação, o Saneamento e a água são prioritários.”*-----

-----*O Presidente da Câmara Municipal, Senhor Jorge Vala.”*-----

-----Apresentados os Documentos Previsionais para o quadriénio 2019-2022, que inclui o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, contabiliza-se em termos de Orçamento o valor de € 21.333.087 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e três mil e oitenta e sete euros) em receitas e despesas, e ainda os seguintes valores:-----

-----Receita corrente: € 17.034.818 (dezassete milhões, trinta e quatro mil e oitocentos e dezoito euros).-----

-----Receita de capital: € 4.298.269 (quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil e duzentos e sessenta e nove euros).-----

-----Despesa corrente: € 13.812.370 (treze milhões, oitocentos e doze mil e trezentos e setenta euros).-----

-----Despesa de capital: € 7.520.717 (sete milhões, quinhentos e vinte mil e setecentos e dezassete euros).-----

-----Após a sua análise e discussão, foram os mesmos submetidos a votação, tendo a Câmara Municipal deliberado pela sua **apreciação favorável**, com **quatro votos a favor** (José Jorge Couto Vala, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz e Marco Paulo Barbosa Lopes) e **três votos de abstenção** (Rui Fernando Correia Marto, Fernando Manuel Marques Amado e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano). Mais **deliberou, por unanimidade**, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter os referidos Documentos Previsionais para o quadriénio 2019-2022 à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**2. PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019** – Presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, no seguinte teor:-----

-----“O mapa de pessoal constitui um dos instrumentos de gestão e gestão dos recursos humanos para desenvolver as atividades necessárias ao Município no ano de 2019, instrumento este que está associado de forma indelével ao orçamento para o mesmo exercício.-----

-----A elaboração de tal instrumento decorre das disposições legais vertidas nos artigos 28º e 29º do anexo à Lei 35/2014, de 20 de Junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.-----

-----O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para aprovação da proposta de orçamento sendo afixada no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica, devendo o mesmo acompanhar a proposta de orçamento municipal.-----

-----Em face do atrás aludido proponho:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere submeter a proposta de mapa de pessoal, para o ano de 2019 à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências deste órgão do Município a que alude a alínea o) do nº 1 do artigo 25º da referenciada Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----Neste ponto **interveio o Senhor Presidente da Câmara** para dizer que o mapa de pessoal é bastante explícito, pois até traz o número dos funcionários associados a cada local de trabalho, informando que o mesmo prevê apenas três novas contratações, por tempo determinado: um(a) arquiteto(a) um(a) assistente operacional para as obras (oficinas) e um(a) assistente Operacional para o Castelo e para o cinema, mesmo assim o mapa de pessoal não aumenta em relação ao ano anterior.-----

-----Prosseguiu para explicar que das 25 novas contratações previstas no referido mapa, 16 referem-se a trabalhadores em mobilidade, que poderão vir a ser consolidados na carreira em causa e também 9 trabalhadores a contrato por tempo determinado, ficando salvaguardada a possibilidade de poderem vir a ser integrados por tempo indeterminado.-----

-----Interveio o **Vereador Eduardo Amaral** para dizer que o funcionário a ir para o castelo terá que ter alguma dinâmica e ter algum funcionário para a área do turismo. -----

-----Interveio o **Vereador Fernando Amado** para dizer que se querem apostar no turismo cá, devem apostar na história do castelo, museu, igreja de S. João, calçada romana, ou seja, a pessoa tem que saber um pouco de toda a história do concelho. -----

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal **deliberou, por unanimidade**, e nos termos do n.º 4 do artigo 29.º do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, apreciar favoravelmente o Mapa de Pessoal 2019 e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. ---

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** – A Câmara Municipal **deliberou, por unanimidade**, ao abrigo do n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente ata em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e dez minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Ata. -----

---

---